

A PERFORMATIVIDADE COMO UM FATO DE LINGUAGEM: CERTEZAS E INCERTEZAS SOBRE O ENEM 2021

LA PERFORMATIVIDAD COMO UN HECHO DE LENGUAJE: CERTEZAS E INCERTIDUMBRES SOBRE EL ENEM 2021

Gabriel Leopoldino dos Santos¹

Helton Menezio Urtado Rocha²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar em que condições enunciativas alguns enunciados engendram, pelo modo próprio de funcionamento do acontecimento enunciativo de que são a materialidade, uma performatividade como efeito de sentido. Os objetos de análise serão, predominantemente, enunciados presidenciais produzidos em enunciações cujo conteúdo versava sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2021. Mobilizando a Semântica da Enunciação, tal como pensada por Eduardo Guimarães e sua equipe, num diálogo produtivo com a Análise de Discurso, tal como pensada por Michel Pêcheux, Eni Orlandi e sua equipe, este trabalho coloca em cena uma compreensão da performatividade relativamente diversa daquela abordada por Austin (1962), uma vez que ela será tomada aqui como sendo da ordem de um efeito de sentido, entre outros efeitos possíveis, tendo em vista o funcionamento enunciativo da linguagem. Nessa perspectiva, a performatividade consistirá num *fazer algo* simbólico, remetido às divisões próprias do político e à história como contradição, com impactos sobre a política partidária/governista do Brasil atual. As análises mostrarão que o efeito de performatividade de certos enunciados constrói-se na relação de alocação entre Locutor e Locutário, entre alocutor e alocutário e também entre os diversos enunciadores. Em nível discursivo, a análise da performatividade levará em conta a descrição-interpretação dos processos de (des)identificação com certas posições-sujeito. Assim, um elemento importante que deve intervir nessa relação de alocação para que haja a performatividade será a (des)identificação com/o reconhecimento de um lugar de autoridade por parte do Locutário/alocutário relativamente ao Locutor/alocutor.

Palavras-chave: Enunciação. Discurso. Performatividade. Político. ENEM.

Resumen: El presente trabajo se propone analizar en qué condiciones enunciativas algunos enunciados engendran, por el modo propio de funcionamiento del acontecimiento enunciativo del que son materialidad, una performatividad como efecto de sentido. Los objetos de análisis serán, predominantemente, los enunciados presidenciales producidos en enunciaciones cuyo contenido versó sobre el Examen Nacional de Enseñanza Media (ENEM) 2021. Movilizando la Semántica de la Enunciación, tal como concebida por Eduardo Guimarães y su equipo, en un diálogo produtivo con el Análisis de Discurso, tal como lo conciben Michel Pêcheux, Eni Orlandi y su equipo, este trabajo presenta una comprensión de la performatividad relativamente diferente a la abordada por Austin (1962), ya que será tomada aquí como del orden de un efecto de sentido, entre otros posibles efectos, en vista del funcionamiento enunciativo del lenguaje. Desde esa perspectiva, la performatividad consistirá en un *hacer algo* simbólico, refiriéndose a las divisiones propias de lo político y de la historia como una contradicción, con impactos en la política de partido/gobierno en Brasil hoy. Los

¹ Doutorado em Linguística (Universidade Estadual de Campinas — Unicamp), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Área de Letras (português e espanhol). Desenvolve pesquisas na área de Semântica da Enunciação e na de História das Ideias Linguísticas, com foco nas questões relativas à designação, à argumentação e às políticas de línguas.

² Doutorando em Linguística, mestre em Linguística (Unicamp), Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). No doutorado, estuda os processos de constituição e os modos de significação de enunciados questionáveis afirmados como certezas inquestionáveis sobre o meio ambiente e o desmatamento no Brasil.

análisis mostrarán que el efecto de performatividad de ciertos enunciados se construye en la relación de alocución entre Locutor y Locutario, entre alocutor y alocutario y también entre los diversos enunciadores. A nivel discursivo, el análisis de la performatividad tendrá en cuenta la descripción-interpretación de los procesos de (des)identificación con determinadas posiciones-sujeto. Así, un elemento importante que debe intervenir en esa relación de alocución para que haya performatividad será la (des)identificación/reconocimiento de un lugar de autoridad por parte del Locutario/alocutario en relación al Locutor/alocutor.

Palabras clave: Enunciación. Discurso. Performatividad. Político. ENEM.

Introdução

“Enem 2021 tem escândalos de censura e assédio; entenda a crise atual”. Assim se inicia uma das muitas notícias em que podemos encontrar (in)certezas sobre a última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que permite aos estudantes de todo o Brasil ingressarem em uma universidade pública. Escrita por Isabella Otto no *site* da revista Capricho, em 16 de novembro de 2021, a referida notícia³ diz ainda, em seu subtítulo: “Há menos de uma semana do primeiro dia de prova, o clima é de incredibilidade, insegurança e comicidade com um assunto sério”.

Tudo começou quando, no dia 8 de novembro de 2021, trinta e cinco funcionários pediram exoneração de suas funções gratificadas no Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela elaboração do ENEM⁴. Segundo o portal de notícias g1, treze funcionários tinham se demitido a princípio, seguidos de outros vinte e dois ao longo do dia. Eles encaminharam à diretoria do Inep um pedido de dispensa no qual alegavam “fragilidade técnica e administrativa da atual gestão máxima”. De acordo com a notícia da revista Capricho, mencionada acima, houve “tentativas de interferência no conteúdo das provas, despreparo por parte do líder, desmonte nas diretorias, sobrecarga de trabalho e funções, e desconsideração dos aspectos técnicos para a tomada de decisão”⁵. Se considerarmos os dois coordenadores-gerais que tinham também pedido exoneração no dia anterior, o número de baixas no Inep, ao todo, foi de trinta e sete.

No que diz respeito às tentativas de interferência no conteúdo das provas, o jornal Folha de S. Paulo trouxe, no dia 18 de novembro de 2021, uma notícia segundo a qual um agente da polícia federal teria tido acesso a “ambiente reservado onde são elaboradas provas

³ Disponível em: <<https://capricho.abril.com.br/comportamento/enem-2021-tem-escandalos-de-censura-e-assedio-entenda-a-crise-atual/>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/11/08/enem-2021-coordenadores-do-inep-pedem-demissao-a-poucos-dias-da-prova.ghtml>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

⁵ Disponível em: <<https://capricho.abril.com.br/comportamento/enem-2021-tem-escandalos-de-censura-e-assedio-entenda-a-crise-atual/>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

do exame nacional”⁶. Segundo o mesmo jornal, o Inep impôs sigilo sobre o processo que trata desse ato, até então considerado inédito. O principal entrave na elaboração do ENEM, de acordo com a reportagem de Rudolfo Lago e Ana Krüger, do Congresso em Foco⁷, em 17 de novembro de 2021, se deu com a expressão “ditadura militar”, que foi substituída por “regime militar”.

Em viagem a Dubai, o presidente da República disse, ao comentar acerca da prova e das questões do Exame Nacional do Ensino Médio, que “começam agora a ter a cara do governo as questões da prova do ENEM”⁸. E completou: “Ninguém precisa ficar preocupado. Aquelas questões absurdas do passado, que caíam tema de redação que não tinha nada a ver com nada. Realmente, algo voltado para o aprendizado”.

Neste artigo, tomaremos como nossos objetos principais de análise esses enunciados presidenciais, sendo a designação da expressão “a cara do governo” o ponto de entrada analítico. Com isso, nosso objetivo será analisar em que condições enunciativas enunciados como esses engendram uma performatividade, ou seja, em que condições tais enunciados podem ser performativos⁹. Ao levarmos a cabo esse objetivo, questões relativas à construção enunciativa das (in)certezas e da ética do falante/sujeito (considerada fora de uma lógica intencionalista) serão colocadas em cena, já que a performatividade convoca, incontornavelmente, questões éticas (pelo menos, de um certo sentido de *ética*) ligadas ao político, tal como essa noção é trabalhada pela Semântica do Acontecimento e pela Análise de Discurso (cf. OLIVEIRA, 2014).

A seguir, discorreremos acerca de alguns pontos fundamentais do dispositivo teórico da Semântica da Enunciação, destacando ideias e conceitos desse domínio de conhecimento linguístico que comporão nosso dispositivo metodológico, o qual, por sua vez, sustentará as análises a serem produzidas e os resultados a que chegaremos.

1. A performatividade como um fato de linguagem

⁶ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/11/inep-impoe-sigilo-a-processo-que-trata-de-entrada-de-pf-em-sala-secreta-do-enem.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

⁷ Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/entrave-que-levou-a- crise-no-enem-eram-sobre-termo-dita-dura-militar/>>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/15/bolsonaro-diz-que-questoes-do-enem-comecam-agora-a-ter-a-cara-do-governo.ghtml>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

⁹ Não precisamente no sentido que o filósofo da linguagem John L. Austin dá a esse termo em suas teorizações. Sobre isso, ver Austin (1962). Ao longo do texto, proporemos uma compreensão de *performatividade* que seja coerente com uma posição semântica materialista.

A Semântica da Enunciação é uma disciplina das ciências da linguagem que tem como objetivo compreender a significação na linguagem. Constitui-se por meio de um profícuo diálogo com diversos campos dos estudos semânticos, por um lado, e com a Análise de Discurso, por outro, tal como esta foi/é praticada por Michel Pêcheux e sua equipe, na França, e por Eni Orlandi e sua equipe, no Brasil. Essa forma de prática semântica considera o enunciado, enquanto integrante de um texto, como seu objeto de análise. Isso porque o enunciado é a materialidade linguística de um dado acontecimento enunciativo, o qual é o responsável pelo recorte de uma temporalidade (um presente, um passado e um futuro) que é a condição para que um enunciado signifique algo.

Nessa temporalidade constituída pelo acontecimento enunciativo, além do presente da enunciação, comparece o passado, o qual se caracteriza por enunciados produzidos em outros lugares e tempos, sendo recortados pelo acontecimento (a materialidade linguística traz pistas desse passado). Ele é um memorável de tais enunciados recortados, distinguindo-se da memória discursiva, isto é, o interdiscurso, que faz a língua funcionar pelo esquecimento. Comparece também o futuro do acontecimento, o qual diz respeito àquilo que é tido como interpretável.

O que acabamos de afirmar acima é corroborado por Guimarães (2018), quando nos ensina que “um aspecto importante deste ponto de vista é que um enunciado tem que ser considerado enquanto um elemento linguístico em um acontecimento. Não há assim enunciados virtuais, possíveis. Há enunciados só quando ditos na enunciação” (ibid., p. 16-17). Outra afirmação não menos importante deste autor sobre o acontecimento diz que

[...] algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato novo *no* tempo. [...] O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença. (GUIMARÃES, 2017, p. 16, grifo do autor)

Assim, relativamente ao diálogo profícuo que mencionamos anteriormente, ao colocar no centro das preocupações o acontecimento enunciativo, E. Guimarães propõe uma série de deslocamentos teórico-conceituais importantes para a constituição de uma ciência semântica materialista. Ao afirmar que é o acontecimento que temporaliza, esse autor redimensiona a discussão em torno da origem do sentido — antes pensada como estando na figura do locutor que utiliza a língua (cf. BENVENISTE, 1970) — para o modo como uma determinada temporalidade é recortada por um acontecimento enunciativo. Outro redimensionamento

produtivo na teoria da Semântica da Enunciação com que trabalhamos diz respeito à natureza não-intencional, não-comunicativista do sentido e da significação na linguagem.

Sendo o enunciado a materialidade de um dado acontecimento enunciativo — nessa concepção de acontecimento que detalhamos —, as análises semânticas precisam levar em conta que o sentido em funcionamento num enunciado é efeito de um embate entre o presente do acontecimento enunciativo e enunciações produzidas alhures, assim como é efeito de um jogo de lugares enunciativos e posições discursivas que atravessam incontornavelmente o dizer, devido ao político. Nessa perspectiva, no processo de descrição-interpretação que caracteriza toda análise semântica (ORLANDI, 1999, p. 60), um de nossos primeiros movimentos analíticos será o de descrever-interpretar a cena enunciativa que tornou possível o aparecimento do enunciado presidencial a que há pouco fizemos menção. De acordo com Guimarães (2017, p. 31), a cena enunciativa “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. São três as figuras da enunciação: Locutor, alocutor e enunciador, que pode ser individual, coletivo, genérico e universal.

Neste trabalho, consideraremos que a performatividade de enunciados¹⁰ — sendo esta compreendida como um efeito de sentido que convoca uma (re)ordenação do real¹¹ — é engendradora a partir daquilo que Guimarães (2018) chama de *alocução*, isto é, “um dizer que relaciona o lugar que diz ao lugar ao qual se diz” (GUIMARÃES, 2018, p. 72). Aqui, é importante destacarmos que a alocução é produzida tendo em vista o atravessamento, no dizer, do agenciamento político dos falantes no espaço de enunciação, um espaço político onde as línguas são divididas desigualmente, e os falantes não têm os mesmos direitos ao dizer, pois são também divididos desigualmente.

Diante do que acaba de ser exposto, é preciso que se compreenda que, na Semântica da Enunciação materialista, o *político* é um conceito teórico-metodológico importante, visto que ele diz respeito à caracterização de um funcionamento constitutivo de toda produção linguística. De acordo com Guimarães (2017, p. 22), o político caracteriza-se pela “contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos”. Na compreensão da linguista Sheila

¹⁰ A performatividade será pensada por nós como sendo da ordem de um efeito de sentido, engendradora a partir de condições enunciativas e discursivas que estamos investigando neste texto.

¹¹ Nesta compreensão da performatividade, a certeza, a responsabilidade/responsabilização de alguém por algo, a verdade inquestionável, o descrédito de informações coletivamente aceitas etc. são efeitos de sentido que convocam certas (re)ordenações do real à medida que podem impactar os rumos da política partidária no país, levar pessoas à prisão, colocar em cena figuras até então desconhecidas, mobilizar militâncias nas ruas e nas redes sociais etc.

Elias de Oliveira (2014, p. 41-42), essa compreensão enunciativa de *político* “diz respeito às *divisões enunciativas* [grifos da autora] na configuração do dizer, isto é, àquelas concernentes às representações dos sujeitos e aos gestos de afirmação de pertencimento desses sujeitos em relação a um objeto de dizer”. Ainda segundo Oliveira (2014, p. 41), é produtivo pensar numa articulação entre esse modo enunciativo de compreender o político e aquele discursivo. Assim, para a autora (id., *ibid.*), “o político na Análise de Discurso diz respeito às *divisões interdiscursivas* [grifos da autora], isto é, àquelas que concernem às relações entre o dizer e sua constituição ideológica, pela inscrição na memória interdiscursiva”. Nessa perspectiva, em ambas compreensões, o político é sempre da ordem de uma divisão — uma divisão que não cessa de se (re)produzir — e é fundamento das relações sociais, em que a língua(gem) assume uma importância central.

No que concerne ao agenciamento político da enunciação, então, essa divisão operada pelo político se deixa ver, entre outros lugares, nas configurações assumidas pela cena enunciativa, uma vez que é no seu interior que se dá qualquer situação de alocação. Assim, numa cena enunciativa, temos um Locutor em uma alocação com um Locutário, aquele para quem o primeiro diz. Enquanto origem imaginária do dizer, o Locutor diz a partir de um lugar social, que corresponde à figura do alocutor, que, por sua vez, mantém uma alocação com um alocutário, o lugar social do Locutário. A ocupação de lugares sociais de dizer determina, em certa medida, recortes específicos do interdiscurso¹² que se atualizam no acontecimento enunciativo, graças à sua temporalidade própria, conforme apresentamos anteriormente.

Essa compreensão da cena enunciativa e dos modos específicos de acesso à palavra é importante para o modo como propomos pensar a performatividade neste texto. Isso porque a performatividade de um enunciado, como veremos, como um efeito de sentido — entre outros efeitos possíveis que comparecem no enunciado — que se produz relativamente a uma configuração específica da cena enunciativa (presença/ausência de certos Locutores/Locutários, presença/ausência de certos alocutores/alocutários etc.). Além disso, um outro fator deve ser considerado como fundamental: a (des)identificação entre os lugares de dizer. Mais especificamente, é preciso levar em conta as múltiplas relações de identificação do alocutário com o alocutor, ou seja, entre lugares sociais de dizer ocupados pelos falantes, segundo o agenciamento enunciativo.

Finalmente, a performatividade pode se dar de acordo com a tipologia dos discursos de que os enunciados são a materialização. Nessa perspectiva, lembramos aqui a distinção que

¹² Encontramos aí o funcionamento discursivo do *político*, a partir do que nos mostra Oliveira (2014).

faz Orlandi (1983) entre os discursos *lúdico*, *polêmico* e *autoritário*. Segundo essa autora (ibid., p. 155-156), “esses tipos de discurso não têm de existir necessariamente de forma pura. Há mistura de tipos e, além disso, há um jogo de dominância entre eles que deve ser observado em cada prática discursiva”.

No discurso autoritário, a polissemia está contida, o objeto do discurso está oculto pelo dizer e a reversibilidade entre os interlocutores tende a zero. Em outras palavras, não se tem diálogo entre eles, apenas um fala, impondo a sua verdade. Como diz Orlandi (1983, p. 154), no discurso autoritário o “exagero é a ordem no sentido militar, isto é, o assujeitamento ao comando”. Levando isso em consideração, propomos pensar que a performatividade de enunciados cujos sentidos ganham corpo pela inscrição em um discurso autoritário se dá porque o que está em jogo são lugares sociais de dizer (alocutor e alocutário) assimétricos. Um *manda*, e o outro *obedece*, devido às relações de força desiguais.

Por sua vez, no discurso polêmico, a “relação com a referência é respeitada: a verdade é disputada pelos interlocutores” (ORLANDI, 1983, p. 155). Um *pode* aderir ao que o outro diz, isto é, se identificar com sua posição-sujeito interdiscursiva. Então, no discurso polêmico, a performatividade de um enunciado pode ser engendrada como resultado seja de processos semânticos que envolvem a identificação entre os participantes de uma situação de alocação, seja de processos que envolvem a desidentificação¹³ entre eles.

Por fim, no discurso lúdico o engendramento da performatividade pode se dar de modo diverso, visto que a “reversibilidade entre interlocutores é total, sendo que o objeto do discurso se mantém como tal na interlocução, resultando disso a polissemia aberta. O exagero é o *non sense*” (ORLANDI, 1983, p. 154, grifos da autora). No que diz respeito a isso, mostraremos que a abertura da polissemia torna possível o funcionamento de um jogo complexo de (des)identificação do Locutário com a posição-sujeito interdiscursiva do Locutor. Essa (des)identificação que resulta da própria dinâmica do funcionamento enunciativo-discursivo está relacionada ao político enquanto contradição, enquanto um conflito instalado no centro do dizer. Podemos vê-lo tanto nas divisões enunciativas quanto nas divisões interdiscursivas dos dizeres opostos aos do presidente da República, como adiante mostraremos nas análises.

Assim, a performatividade dos enunciados presidenciais sobre o ENEM, que é o foco descritivo-analítico deste trabalho, não é efeito apenas de processos de identificação entre os

¹³ Não tomamos o processo de desidentificação como sendo um processo de “deixar de se identificar com uma determinada posição”, embora isso também possa parecer, mas sim como um processo que leva à produção de enunciados polêmicos, lúdicos, dissensuais etc.

lugares de enunciação e com determinadas posições-sujeito, pois nos processos de significação em que se observam relações de desidentificação (entre os lugares de enunciação e com certas posições-sujeito) ela também será observada, uma vez que os enunciados do Locutor suscitam uma resposta contrária do Locutário. Portanto, não tomamos a performatividade a partir de suas condições de (in)felicidade, mas a partir da descrição-interpretação dos processos de constituição dos sentidos e dos modos de significação dos enunciados presidenciais, que (re)dividem o real. Enquanto um efeito de sentido produzido na/pela enunciação do presidente da República, a performatividade deixa ver o atravessamento de sentidos éticos, como os da (in)certeza e o da (des)confiança sobre o ENEM, que são, também, modos de (re)dividir o real. Podemos dizer, então, que uma das contribuições deste trabalho é trazer para o debate a importância da descrição-interpretação dos processos de (des)identificação e de (re)divisão do real das situações de alocação como condições de possibilidade para a performatividade (para sua descrição-interpretação).

As discussões realizadas até aqui acerca dos contornos possíveis da cena enunciativa em certas situações de alocação encaminham-nos para um outro conceito muito produtivo para as análises que proporemos: o de *designação*. Na Semântica da Enunciação, esse conceito diz respeito à análise do sentido de uma palavra ou expressão linguística, levando-se em conta as relações de determinação semântica que se produzem pela exposição da materialidade linguística à sua exterioridade constitutiva. Faz parte dessa exterioridade constitutiva a cena enunciativa configurada por um dado acontecimento enunciativo; a temporalidade própria do acontecimento da enunciação; o político, que divide desigualmente o dizer. No que concerne à materialidade linguística dos enunciados, a análise da designação de uma palavra ou expressão linguística pode ser feita, observando-se, por exemplo, as relações de *articulação* entre os termos constituintes do enunciado e as relações de *reescrituração* entre dois ou mais enunciados (cf. GUIMARÃES, 2009).

Como todo domínio científico que se debruça sobre a significação¹⁴, o dispositivo metodológico que apresentamos torna possível analisar o batimento entre o dito e o não-dito, entre o dizer e o não-dizer, entre o dentro e o fora da linguagem, entre o aqui e o alhures, entre o possível e o impossível de significar em condições determinadas. O específico, no entanto, desse dispositivo teórico-metodológico é a sua concepção de significação como sendo da

¹⁴ Dependendo da inscrição teórica, este termo pode ser formulado diferentemente (sentido, significado, significação, valor etc.).

ordem de um efeito produzido tendo em vista a incompletude da língua (a impossibilidade de se dizer tudo). No que diz respeito a isso, lembramos o que ensina Orlandi:

A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível. (ORLANDI, 1999, p. 52)

Além da incompletude da língua, consideramos a contradição da história (a possibilidade de a significação poder ser sempre outra) e a divisão operada pelo político (divisão normativa e desigual do real). Assim, por esse raciocínio, a significação não é empírica, não é referencial, não é intencional, não é resultado de uma somatória dos significados das palavras de um enunciado.

2. Quando dizer é fazer? Análises da performatividade de enunciados

A pergunta inicial que intitula esta seção do texto é a retomada, sob uma formulação interrogativa, do título da versão brasileira do texto *How to do things with words*, de John L. Austin. É um modo de render-lhe homenagem pelo fato de essa obra representar a fundação de uma discursividade¹⁵ na história das ideias linguísticas e pelo fato de instigar-nos a investir em uma discussão teórico-analítica sobre a performatividade, ainda que nossa compreensão não seja a mesma de Austin (1962), conforme esclarecemos na seção precedente.

Os enunciados que servirão de entrada analítica, como já anunciamos anteriormente, são: a) *O que eu considero muito também: começam agora a ter a cara do governo as questões da prova do ENEM*; b) *Ninguém precisa ficar preocupado. Aquelas questões absurdas do passado, que caíam tema de redação que não tinha nada a ver com nada. Realmente, algo voltado para o aprendizado*. As condições mais imediatas de produção desses enunciados também já as anunciamos anteriormente.

Relativamente ao acontecimento enunciativo, esses enunciados são resultantes da constituição de uma cena enunciativa em que o Locutor enuncia como alocutor-presidente da República. Esquecendo-se que enuncia interpelado por esse lugar social do dizer, enuncia como um enunciator-individual¹⁶, o qual se deixa ver por “O que eu considero muito

¹⁵ Consoante o que nos ensina Orlandi (1993, p. 13), “[o] que o caracteriza como fundador [...] é que ele cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. É um momento de significação importante, diferenciado”.

¹⁶ Para Guimarães (2017, p. 34, grifo do autor), é “a representação de um lugar como aquele que está acima de todos, como aquele que retira o dizer de sua circunstancialidade. E, ao fazer isso, representa a linguagem como independente da história”.

também”, e também como um enunciador-universal¹⁷, o qual se deixa ver ao longo de todo o enunciado (b), por meio do qual há um dizer que produz uma análise acerca das questões do ENEM, dizer esse que se reveste de uma aparente autoridade no campo educacional. Por ora, não trataremos do(s) Locutário(s) nem do(s) alocutário(s), o que será feito logo adiante. Neste momento, basta dizermos que o que se apresenta em (a) e em (b) é determinado, então, por essa configuração específica da cena enunciativa que ganha corpo no acontecimento da enunciação.

Em (a), há uma expressão cuja designação é importante de ser analisada. Trata-se da expressão “cara do governo”¹⁸. Embora não se possa precisar ainda os sentidos que essa expressão possui nesse acontecimento enunciativo, podemos dizer que ela representa a materialização de um alhures que incide na presente enunciação. A expressão “cara de” permite, então, que certos sentidos compareçam aí para construírem a sua designação. Além disso, o verbo “começar”, conjugado no presente do indicativo, marca a incidência de um pressuposto, que afirma a respeito de uma realidade que existia e que deixa de existir. Esse pressuposto é mais um ponto em que visualizamos o atravessamento de um passado de enunciações no presente desse acontecimento. Podemos ver aqui que a certeza, tal como diz Oliveira (2020, p. 17), “se constrói na relação entre o dizer e o não-dizer”, sendo importante compreender o sentido em seu processo e em seus efeitos.

O enunciado (b) como um todo pode ser considerado como encerrando uma relação de reescrituração por expansão “as questões da prova do ENEM”. Assim, (b) amplia aquilo que está dito em (a). Nesse processo de (b) reescrever uma parte importante de (a), temos uma relação de determinação semântica de (b) sobre (a). Dessa forma, considerando que “as questões da prova do ENEM” “começam agora a ter a cara do governo”, temos uma primeira compreensão do que “cara do governo” significa: um governo que não elabora questões absurdas, que elabora questões relevantes e que elabora questões que sejam voltadas para a avaliação da aprendizagem. Há aí, então, uma divisão entre um “nós” e um “eles”, entre um “agora” e um “outrora” que é o eixo dessa argumentação produzida a partir do lugar social de presidente e dos lugares de dizer que se alternam entre o individual e o universal. A certeza, enquanto um efeito de sentidos na linguagem (cf. OLIVEIRA, 2020), divide aqui não só os

¹⁷ Ainda segundo Guimarães (ibid., p. 35), o enunciador-universal “é um lugar que significa o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro e do falso. Este lugar é próprio do discurso científico, embora não seja exclusivo dele”.

¹⁸ Lembramos aqui as análises feitas por Zoppi-Fontana e Cestari (2015), no artigo “*Cara de empregada doméstica*”: discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil.

sujeitos, mas também o tempo sob o modo da exclusão lógica binária, comum nas polarizações: “nós” exclui “eles”, assim como “agora” exclui “outrora”.

O acontecimento enunciativo em análise desencadeou uma série de outros acontecimentos enunciativos que ora se inscreveram — no sentido de submeter-se — ao processo de significação descrito acima, ora polemizaram com ele, sendo por isso performativo, tal como entendemos a performatividade neste trabalho. O enunciado (c) a seguir é um desses exemplos que mostra uma argumentação submetida (submissa?) àquela produzida do lugar social de presidente: *[o ENEM] tem a cara do governo, sim, no sentido de competência, honestidade e sinceridade*. Tal enunciado foi pronunciado pelo ministro da educação do Brasil à comissão de educação da Câmara dos Deputados.

Temos, no enunciado (c), mostras de uma enunciação produzida a partir de um Locutor que é agenciado como tal pelo alocutor-ministro de Estado que enuncia enquanto enunciador-individual. Por sua vez, esse Locutor estabelece uma alocação com alguns Locutários, os quais são agenciados como tais pelos alocutários-deputados federais. Nessa configuração, “cara do governo” reescreve por repetição “cara do governo” de (a), produzindo, inicialmente, uma sinonímia. No entanto, nesse processo de reescrituração, são colocadas em cena outras determinações semânticas que constroem a designação da expressão “cara do governo”: “competência”, “honestidade” e “sinceridade”. Assim, poderíamos parafrasear (c) da seguinte maneira: *Competência, honestidade e sinceridade são a cara do governo*. Eis, então, um modo de (re)dividir o real.

As determinações semânticas visualizadas na paráfrase acima deixam ver sentidos pertencentes a uma posição ética que se apresenta como inquestionável, verdadeira e coerente com as práticas do governo. Esse efeito de inquestionabilidade, de veracidade e de coerência ganha respaldo nos próprios modos de dizer do enunciador-individual e do enunciador-universal — representação da linguagem como *independente e fora* da história, respectivamente (cf. GUIMARÃES, 2017) — que caracterizam a enunciação do alocutor-presidente e a do alocutor-ministro. Todavia, como nenhum sentido é imanente, segundo nosso ponto de vista, é preciso dizer que essa ética de que estamos tratando só é reconhecida como tal em certas condições enunciativas: faz-se necessário que o acontecimento do dizer constitua Locutários que se reconheçam como alocutários desses alocutores-x (presidente e ministro). Assim, os enunciados (a), (b) e (c) engendram um funcionamento performativo, uma vez que eles *fazem* algo: produzem divisões, produzem certezas, interpelam eleitores, instando-os a votarem nos “mais competentes”, nos mais

“honestos” e a sustentarem seus pontos de vista em diversos âmbitos da vida social e política; consequentemente, esses enunciados engendram sentidos éticos porque todo *fazer*, ainda que simbólico, convoca sentidos morais. Só se pode afirmar, entretanto, que a enunciação do alocutor-presidente e a do alocutor-ministro produzem certezas, sinceridade, confiança para os alocutários-eleitores do presidente, alocutários-conservadores, alocutários-direitistas, alocutários-governistas etc. Em outras palavras, é preciso que a alocação se dê como resultante de um processo de identificação, já que tais enunciações só fazem sentido para aqueles que se identificam (se reconhecem) como alocutários de algum desses dois alocutores.

Diríamos, ainda, que as análises feitas até aqui permitem-nos observar que os enunciados em questão encerram um funcionamento performativo porque dão mostras de uma enunciação que não só produz declarações sobre algo, mas que também produz impactos sobre o real das relações políticas no Brasil. A divisão de que tratamos anteriormente entre um “nós” e um “eles”, entre um “agora” e um “outrora”, entre os que são nossos Locutários/alocutários e aqueles que não o são é efeito desse funcionamento performativo que se faz aí presente. A divisão (e a manutenção dela), a não-interlocação com aqueles que não se reconhecem/se identificam como Locutários/alocutários ou a interdição desses que ficam de fora das relações de alocação são consequências de uma ética que se constrói e que se deixa ver nessas produções languageiras que analisamos neste texto.

Isso que acabamos de afirmar fica ainda mais observável se colocarmos os enunciados (a), (b) e (c) em relação com outros enunciados produzidos por esses mesmos Locutores/alocutores, tais como: (d) *Melhor viver um dia como leão que cem anos como cordeiro*¹⁹ (enunciado originalmente proferido pelo ditador fascista Benito Mussolini e compartilhado em redes sociais pelo presidente da República — o que o torna também responsável por esse dizer), (e) *Eu não sou coveiro, tá certo?*²⁰, (f) *Toma quem quiser, quem não quiser não toma. Quem é de direita toma cloroquina. Quem é de esquerda toma Tubaina*²¹, (g) *Se você virar um jacaré, o problema é de você. Não vou falar outro bicho aqui*

¹⁹

Disponível

em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/06/01/interna_politica,860031/bolsonaro-publica-video-frase-atribuida-a-mussolini-ditador-fascista.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2021.

²⁰

Disponível

em:

<<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/relembre-as-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia,61d222c42a1a30f2cde281a03976f712il3firg8.html>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

²¹

Disponível

em:

<<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/relembre-as-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia,61d222c42a1a30f2cde281a03976f712il3firg8.html>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

*para não falar besteira*²², entre outros. Como se observa, há uma regularidade em (d), (e), (f) e (g) que se alinham com os enunciados (a), (b) e (c). Os enunciados (d), (e), (f) e (g) permitem-nos observar uma aparente certeza que se mostra em formas linguísticas que encerram qualquer possibilidade de questionamento ou de dúvida: o uso de provérbios, os quais funcionam criando, para o senso comum, “verdades”; o uso de expressões como “tá certo?”, as quais não buscam efetivamente uma confirmação do Locutário, mas sim o fechamento de possibilidades de alocação; o uso de construções do tipo *quem é x faz x, quem é y faz y*, as quais, imaginariamente, descrevem verdadeiramente o real; e o uso da construção “para não falar besteira”, apresentada como sustentação do que se acabou de dizer (como se o que se disse anteriormente não tivesse sido uma grande besteira!).

Além disso, os quatro últimos enunciados em análise deixam ver uma outra regularidade com relação ao funcionamento semântico que se vê em (a), (b) e (c): a lógica da divisão do “nós” e do “eles”, a qual é coerente com os sentidos hegemônicos que determinam a designação da expressão “cara do governo”. Tal lógica é também reproduzida por aqueles que se identificam com esses sentidos hegemônicos, como podemos ver neste enunciado, recortado de uma postagem feita no YouTube logo abaixo do vídeo que mostra a fala do presidente da República a respeito do ENEM: *No mínimo esses servidores queriam sabotar o Enem, aí vem com desculpa de interferência. Interferência é o que eles fazem nas escolas, faculdade e na família no Brasil. Enem é pra testar o conhecimento que dos brasileiros adquiriram no ensino médio*²³. Essas formas linguísticas são a materialidade de um discurso autoritário da posição presidencial, a qual não prevê abertura para o diálogo e para o acolhimento de pontos de vista dissonantes aos defendidos com certa veemência.

Nessa postagem, chamamos a atenção para os enunciados (h) *No mínimo esses servidores queriam sabotar o ENEM, aí vem com desculpa de interferência* e (i) *Interferência é o que eles fazem nas escolas, faculdade e na família no Brasil*. Em (i), a forma linguística *eles*, por um lado, reescreve por substituição *esses servidores*, em (h), produzindo o sentido de uma generalização; de outro, ela faz significar, em sua opacidade, o “eles” que se opõe ao “nós”, de que falamos acima e que pode ser compreendido a partir da forma *eles*. A utilização de formas linguísticas como “no mínimo” (h), que produzem um efeito de reforço de uma pretensa verdade, e de uma estrutura sintática do tipo *X é Y*, a qual apresenta um

²²

Disponível

em:

<<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/relembre-as-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia,61d222c42a1a30f2cde281a03976f712il3firg8.html>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

²³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iESU2iDPAlk>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

funcionamento definitório²⁴, sustenta as certezas produzidas a partir do lugar social de presidente da República e reforça as condições tanto para a identificação quanto para a desidentificação de outros Locutores relativamente a esses dizeres presidenciais.

No que concerne ao acontecimento enunciativo, esses dois últimos enunciados resultam da constituição de uma cena enunciativa em que o Locutor enuncia como alocutor-internauta, mobilizando um enunciador individual. Por sua vez, considerando a expressão “família no Brasil”, pode-se depreender um memorável conservador — pensando-se na regularidade dos memoráveis recortados pelos acontecimentos de enunciações conservadoras que se têm (re)produzido ao longo da história política (principalmente a dos últimos anos) no Brasil, conforme mostraremos abaixo — atravessando a materialidade linguística desse enunciado. Essa interpretação permite-nos dizer que há aí, além de um alocutor-internauta, a presença de um alocutor-conservador/governista a que o alocutor-internauta faz uma *alusão*²⁵, identificando-se com ele.

Constituindo o futuro do acontecimento, temos que os servidores do Inep, ao denunciarem a interferência do governo federal no ENEM, fazem parte do “eles”, pois se opuseram ao governo federal, o qual, por sua vez, constitui o “nós”, de modo que *interferência*, antes atribuída a “nós”, passa a significar uma prática reprovável do “eles”. Esse deslocamento semântico é produzido no interior de uma enunciação que se apresenta como inquestionável, certa, tal como mostramos ao analisarmos as formas “no mínimo”, “interferência é X (o que eles fazem)”, “ENEM é pra Y (testar os conhecimentos)”. O que vemos até aqui é uma relação de alocação que só é possível dada à identificação do alocutor-internauta-conservador com o alocutor-presidente. Ao mesmo tempo, essa interlocução estabelece uma interdição: a alocação com o “eles”.

É ainda a partir do lugar social de dizer de presidente que podemos observar recortes específicos do interdiscurso, que se atualizam no acontecimento. A expressão “família no Brasil”, empregada pelo alocutor-internauta-conservador, recorta como memorável o lema integralista *Deus, pátria e família*, de caráter fascista, e constantemente enunciado pelo

²⁴ Lembramos o que diz Nunes (2006, p. 36) acerca da definição e do enunciado definidor: “Uma concepção discursiva da definição pressupõe o estudo de uma interdiscursividade, com a explicitação de sua filiação às formações discursivas em uma conjuntura. O enunciado definidor, assim, é considerado em uma rede de relações parafrásticas com outros enunciados, na qual se estabelecem os limites e as fronteiras das formações discursivas”. Lembramos também das análises de enunciados definidores feitas, na perspectiva da Semântica do Acontecimento, por Santos (2017).

²⁵ Segundo Guimarães (2018, p. 69), a alusão “é uma relação de um lugar de enunciação que evoca um outro lugar de enunciação e o que se diz a partir deste lugar. A alusão não é assim uma citação, mesmo que indireta, do dito em outro lugar, até mesmo porque se trata de relações de lugares coexistentes”. Essa coexistência mostra-nos a identificação dos alocutores-x (internauta e conservador/governista).

presidente da República, como podemos ver abaixo, no final da declaração feita à nação em 9 de setembro de 2021:

Declaração à Nação

No instante em que o país se encontra dividido entre instituições é meu dever, como Presidente da República, vir a público para dizer:

1. Nunca tive nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes. A harmonia entre eles não é vontade minha, mas determinação constitucional que todos, sem exceção, devem respeitar.

[...]

10. Finalmente, quero registrar e agradecer o extraordinário apoio do povo brasileiro, com quem alinho meus princípios e valores, e conduzo os destinos do nosso Brasil.

DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA²⁶

No que diz respeito ao acontecimento enunciativo desse recorte, o enunciado *Deus, pátria, família* resulta da constituição de uma cena enunciativa em que o Locutor, mobilizando um enunciador individual e coletivo, como nos atestam as formas linguísticas *quero e nosso*²⁷, enuncia como alocutor-presidente da República. Numa relação de sinonímia, “pátria” reescritura por substituição a expressão “povo brasileiro”, que, por sua vez, é reescriturada também por substituição por “nosso Brasil”, produzindo o sentido de uma totalização. Constituindo o futuro do acontecimento, temos que os valores do Brasil/povo brasileiro são, de acordo com o alocutor-presidente da República, os mesmos valores do integralismo/fascismo brasileiro (Deus, pátria e família), que se constituem como o memorável desse acontecimento. Diante do exposto, podemos dizer que os enunciados analisados até este ponto dão mostras de enunciações presidenciais que significam por integrarem um discurso autoritário.

Esse discurso autoritário, caracterizado, segundo Orlandi (1983), pela ausência de reversibilidade entre os interlocutores, pelo dizer de um agente exclusivo do discurso e pela polissemia contida, não existe de forma pura. Nos casos aqui analisados, podemos dizer que o discurso autoritário se mistura com o discurso polêmico, em que, ainda segundo Orlandi (1983), a polissemia é controlada, os participantes procuram, sob perspectivas particularizantes, dar uma direção ao objeto do discurso.

²⁶

Disponível

em:

<<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/2021/nota-oficial-presidente-jair-bolsonaro-09-09-2021>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

²⁷ Considerando tudo que se disse anteriormente, é possível dizer que a forma “nosso” representa um simulacro de inclusão de um “todos”. Trata-se, mais precisamente, de um nós exclusivo, na perspectiva que esse fato linguístico foi analisado por Zoppi-Fontana (1997). Segundo essa autora (*ibid.*, p. 87), “[...] o fundamento deste dispositivo de enunciação é a construção de uma imaginária relação de interlocução a partir da qual as imagens do locutor e do alocutário representam-se como *participantes ativos de uma relação simétrica de diálogo* [grifos da autora]”. Como veremos logo a seguir, esse *nós exclusivo* é compatível com a posição integralista fascista.

A título de ilustração, vejamos o enunciado (j) *Olha o padrão do Enem no Brasil... Pelo amor de Deus! Aquilo mede algum conhecimento ou é ativismo político ou ativismo comportamental? A gente não precisa disso*, dito pelo presidente da República em viagem ao Bahrein, no dia 17 de novembro de 2021²⁸. Podemos dividir esse enunciado em quatro partes, as quais constituem, por sua vez, quatro enunciados, ligados entre si pela relação integrativa. No primeiro, *Olha o padrão do Enem no Brasil...*, o objeto do discurso está presente, algo que não vemos no último enunciado *A gente não precisa disso*, em que a forma linguística *disso*, numa relação de totalização, reescreve por substituição, no terceiro enunciado, *ativismo político ou ativismo comportamental*, que, finalmente, reescritura por definição, no primeiro enunciado, *Enem no Brasil*, produzindo o sentido de uma especificação, a qual caracteriza o controle da polissemia acerca do objeto do discurso.

Além do controle da polissemia, em (j), a especificação de que o ENEM se define, segundo o alocutor-presidente, como um ativismo político ou comportamental, razão pela qual o exame, ainda segundo o alocutor-presidente, não mediria o conhecimento dos candidatos e candidatas que o realizam, se dá a partir de uma relação de alocação entre o lugar social de presidente da República e o lugar social de jornalista, como nos atesta a forma linguística *Olha*, no primeiro enunciado. Essa relação de alocação desaparece no último enunciado *A gente não precisa disso*, em que o alocutor-presidente mobiliza um enunciador coletivo, sem que nessa coletividade esteja, necessariamente, incluído o locutário-jornalista. A interrupção da relação mais imediata de alocação entre presidente e jornalista, vista por meio de *A gente não precisa disso*, significa, pelas regularidades que estamos mostrando, a materialização do discurso autoritário, caracterizado pela assimetria de cima para baixo, ao contrário do discurso polêmico, que procura a simetria. Por fim, o desaparecimento do objeto do discurso caracteriza a polissemia contida, própria também do discurso autoritário.

Passemos, agora, à análise de enunciados que mostram que os enunciados presidenciais funcionam performativamente de modo diverso. A partir de agora, veremos que a performatividade — entendida sempre como um efeito de sentido²⁹ produzido numa situação de alocação determinada — se dá também como efeito de um processo de desidentificação, pois o Locutário, ao não se identificar com o Locutor, polemiza com ele,

²⁸

Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/11/4963742-bolsonaro-enem-nao-mede-conhecimento-e-prova-e-utilizada-para-ativismo.html>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

²⁹ Os enunciados que serão analisados a seguir foram produzidos em acontecimentos enunciativos que respondem, polemicamente, a algumas enunciações presidenciais. Por isso, os enunciados presidenciais continuam engendrando um funcionamento performativo à medida que faz suscitar respostas, ainda que destoantes das posições que se deixam ver pela enunciação do alocutor-presidente.

redividindo o real. No recorte abaixo, o Locutário, a partir do discurso lúdico, rompe com a dissimetria produzida pelo dizer autoritário do Locutor:



(Imagem 1: postagem nas redes sociais³⁰)

Considerando a determinação do enunciado “Fora B.” sobre o nome próprio “Sofia”, podemos afirmar que o Locutor, na imagem 1, é agenciado a enunciar a partir do lugar social de manifestante contrário ao governo/presidente da República. Esse alocutor-manifestante, ao dizer (k) *b.: a prova vai ter a minha cara*, polemiza com o alocutor-presidente. De um lado, *prova*, numa relação de totalização, reescritura por condensação *questões da prova do ENEM*, presente no enunciado (a), dito pelo alocutor-presidente; de outro, *minha cara*, numa relação de especificação, reescritura por substituição *cara do governo*, presente também em (a), provocando, assim, um deslocamento — dada a utilização do adjetivo possessivo de primeira pessoa do singular (“minha”) — do eixo “nós” *versus* “eles”, tão característico da designação da expressão “cara do governo”. Em outras palavras, o alocutor-manifestante disputa com o alocutor-presidente o objeto do discurso, que é particularizado em cada acontecimento. Isso nos faz pensar que o dizer do alocutor-manifestante, até aqui, materializa um discurso polêmico. Ao enunciar, porém, *o enem*, seguido de dois pontos e seguido também da imagem de um burro, o dizer do alocutor-manifestante materializa um discurso lúdico, pois questiona, pela via do humor, a capacidade de o alocutor-presidente sustentar o que diz. Constituindo o

30

Disponível em: <<https://capricho.abril.com.br/comportamento/enem-2021-tem-escandalos-de-censura-e-assedio-entenda-a-crise-atual/>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

futuro do acontecimento enunciativo, temos como interpretável o enunciado segundo o qual o alocutor-presidente não possui capacidade de fazer comentários sobre o ENEM, uma vez que ele não é inteligente. Aqui, a ausência de inteligência, materializada na imagem do burro, constitui o passado no acontecimento.

Para o alocutor-manifestante, os enunciados presidenciais não produzem um efeito de certeza, pois eles não fazem sentido, constituindo um *non sense*. Esse não fazer sentido está relacionado à desidentificação do Locutor/alocutor-manifestante com o Locutor/alocutor-presidente, ou seja, o Locutor/alocutor-manifestante não se reconhece, pelo que a materialidade do enunciado (k) deixa ver, como Locutário/alocutário — ou não se reconhece como Locutário/alocutário direto e imediato — do Locutor/alocutor-presidente. A relação de alocação entre Locutor/alocutor-presidente e Locutor/alocutor-manifestante ocorre, então, por vias diferentes daquela que haveria se houvesse uma identificação com/reconhecimento da posição-sujeito interdiscursiva dominante na enunciação do falante agenciado pelo acontecimento em Locutor/alocutor-presidente. Neste caso em análise, o alocutor-presidente não ocupa um lugar de autoridade que pode dizer algo sobre o ENEM. Dessa forma, o dizer deste funciona performativamente de modo diverso para o Locutor/alocutor-manifestante, que se opõe ao autoritarismo daquele pela inscrição de seu dizer seja ao discurso polêmico, seja ao discurso lúdico. Neste ponto, lembramos o que diz Orlandi acerca da representação do discurso lúdico:

[...] o discurso lúdico se coloca como contraponto para os outros dois tipos [polêmico e autoritário]. Isso porque, em uma formação social como a nossa, o lúdico representa o desejável. O uso da linguagem pelo prazer (o lúdico), em relação às práticas sociais em geral, no tipo de sociedade em que vivemos, contrasta fortemente com o uso eficiente da linguagem voltado para fins utilitários, práticos, etc., como acontece nos discursos autoritário e polêmico. Nesse sentido, eu diria que não há lugar para o lúdico em nossa formação social. O lúdico é o que “vaza”, é ruptura. (ORLANDI, 1983, p. 154-155)

A ruptura mostra-nos justamente a desidentificação do alocutor-manifestante com os dizeres autoritários do alocutor-presidente, analisados anteriormente. Essa ruptura se dá na alocação entre esses interlocutores, que estabelecem uma relação polêmica. A diferença entre os dizeres de cada um reside no fato de que o alocutor-presidente se inscreve em um discurso autoritário, enquanto o alocutor-manifestante se inscreve em um discurso lúdico. O primeiro alocutor busca controlar/conter a polissemia; já o segundo desloca-a do objeto do discurso (ENEM) para o alocutor-presidente, recorrendo ao *non sense*. A desidentificação do alocutor-manifestante comparece também sob a ruptura com as normas gramaticais, mais

especificamente, a ausência de ponto final no enunciado *b.*: *a prova vai ter a minha cara*; o nome do presidente da República, escrito com letra minúscula; e o segundo enunciado, iniciado igualmente com letra minúscula.

A desidentificação do alocutor-manifestante com o discurso autoritário do alocutor-presidente se deve ao político enquanto contradição, enquanto um conflito instalado no centro do dizer, enquanto afirmação de pertencimento dos não-incluídos. Ela pode ser vista nas divisões enunciativas, devido ao agenciamento político da enunciação a partir do qual o falante, no espaço de enunciação, assume a palavra (a enunciação do Locutor/alocutor-manifestante o coloca, ao mesmo tempo, dentro e fora da relação de alocação com o Locutor/alocutor-presidente); pode ser vista também nas divisões interdiscursivas dos dizeres contrários aos do alocutor-presidente (um mesmo objeto — as provas/questões do ENEM — convocam sentidos e, conseqüentemente, posições diferentes).

Assim, a performatividade dos enunciados presidenciais é engendrada de modo diverso quando o que se está jogando é uma alocação dissonante, resultante de processos de desidentificação entre lugares de enunciação e com relação a certas posições-sujeito. No que concerne aos enunciados produzidos por @AndraSofia3, pode-se afirmar que, por um lado, são respostas contrárias, discordantes, dissonantes e polêmicas, produzidas a partir do próprio funcionamento performativo dos enunciados presidenciais. Por outro, eles apontam para a abertura de um outro funcionamento performativo, o qual se deixa observar pelas 31,6 mil curtidas que a postagem recebeu de internautas. Trata-se, assim, de um funcionamento da linguagem que se abre a processos complexos de significação, colocando em jogo processos de identificação/desidentificação entre lugares de enunciação e com determinadas posições-sujeito. Além disso, como todo fazer, ainda que simbólico, envolve questões éticas, é possível visualizarmos aí um embate entre o que é certo, honesto e confiável.

Considerações finais

Neste trabalho, a partir do dispositivo teórico da Semântica da Enunciação, em sua relação com a Análise de Discurso, tomamos inicialmente, como objetos de análise, enunciados presidenciais produzidos em acontecimentos enunciativos que versavam sobre a última edição do ENEM. O ponto de entrada analítico foi a designação da expressão “a cara do governo”. Tendo isso em consideração, analisamos em que condições os enunciados presidenciais engendram uma performatividade, pensada aqui como sendo da ordem de um efeito de sentido que se dá a partir de certas condições enunciativas-discursivas, com

impactos — embora não exclusivamente — sobre a política partidária/governista no Brasil atual.

Ao longo do texto, mobilizamos uma compreensão da performatividade que se alinha, de alguma maneira, àquela estudada por Austin, na medida em que toda performatividade envolve um *fazer algo* tendo em vista o próprio funcionamento da linguagem. Entretanto, há também diferenças entre o nosso empreendimento e aquele do mestre da conhecida “Escola de Oxford”. Entre as diferenças está a natureza dos enunciados que tomamos como objeto de análise, os quais não mostram uma performatividade *per se*, tal como a vemos em enunciados do tipo *Declaro culpado/inocente o réu*, proferido por um juiz de direito no uso de suas atribuições legais, ou *Eu lhe batizo*, proferido por um líder religioso investido de poderes institucionais para isso, ou ainda *Sanciono a Lei X*, proferido por um presidente da República também no uso de suas atribuições legais. Os enunciados que analisamos resultam de acontecimentos enunciativos em que a performatividade comparece como um dos efeitos de sentido possíveis, entre outros que ali se deixam ver. Por essa razão, tomamos aqui a performatividade como um *fato de linguagem*, ou seja, como resultado do funcionamento político-simbólico da linguagem, e não como um elemento inerente a certas palavras ou expressões linguísticas.

As análises mostram que, no tipo de enunciados que selecionamos, a descrição-interpretação da performatividade precisa levar em conta a relação de *alocução* que se estabelece numa dada cena enunciativa, a qual é produzida pelo agenciamento político dos falantes no espaço de enunciação, bem como as múltiplas relações de (des)identificação entre os lugares (sociais) de dizer ocupados pelos falantes, segundo o agenciamento enunciativo. Em sendo assim, a ocupação de lugares sociais de dizer pelo agenciamento determina recortes específicos do interdiscurso que se atualizam no acontecimento enunciativo, graças à sua temporalidade própria. Tais recortes específicos do interdiscurso, ao se materializarem nas enunciações, colocam em cena sentidos que servem como pontos de ancoragem simbólica que tornam possível qualquer processo de (des)identificação entre os envolvidos numa relação de alocução. Na prática simbólico-política cotidiana, esse processo de (des)identificação de que falamos não só resulta em divisões inconciliáveis, como as do “nós” vs. “eles”, as dos eleitores vs. opositores/inimigos, mas pode também resultar, com consequências às vezes desastrosas para a democracia de uma sociedade, em votos.

A performatividade pode se dar também de acordo com a tipologia dos discursos de que os enunciados são a materialização. No que diz respeito a isso, a performatividade de

enunciados cujos sentidos ganham corpo pela inscrição em um discurso autoritário se dá porque o que está em jogo são lugares sociais de dizer (alocutor e alocutário) *assimétricos* e submetidos a uma ordem de subjugo. No discurso polêmico, um pode *aderir* ao que o outro diz, isto é, se (des)identificar com sua posição-sujeito interdiscursiva. Finalmente, no discurso lúdico o funcionamento da performatividade mostra-se de modo diverso: em nossas análises, a desidentificação do Locutário (Locutor/alocutor-manifestante) com a posição-sujeito interdiscursiva do Locutor/alocutor-presidente, dada a “polissemia aberta” característica desse tipo de discurso, permitiu uma apropriação do objeto de discurso, no caso as provas do ENEM, por aquele que havia sido colocado de fora na enunciação presidencial. Essa desidentificação está relacionada ao político enquanto contradição, enquanto um conflito instalado no centro do dizer. Nas análises, explicitamos a desidentificação tanto nas divisões enunciativas quanto nas divisões interdiscursivas dos dizeres opostos aos do presidente da República.

Ainda sobre as análises, colocamos em cena questões relativas à construção enunciativa das (in)certezas e da ética do falante/sujeito. Tratamos essas questões fora de uma lógica intencionalista, uma vez que a performatividade convoca, incontornavelmente, questões éticas ligadas ao político. Levando isso em consideração, vimos que os dizeres do presidente da República se inscrevem em um discurso autoritário, o qual, por sua vez, faz significar, pela inscrição na memória discursiva, um discurso fascista. “Ou, para dizer de outro modo: uma prática tirando as consequências da deslocalização tendencial do sujeito enunciativo” (PÊCHEUX, 2016, p. 28). Nessa prática, a performatividade sofre um processo de desregramento em suas bases: seu poder não emana de um sujeito pleno em disputa com outros sujeitos: a performatividade é um efeito de retorno construído às margens dos discursos pela memória discursiva. Nesse sentido, o discurso fascista do presidente da República é puro efeito de um eco anônimo devolvido pelas bordas de seu discurso autoritário.

Referências

- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. *In*: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006 [1970].
- GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49–68, 2011. DOI: 10.20396/cel.v51i1.8637219. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637219>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*: um estudo enunciativo da designação. 4. ed. rev. Campinas: Pontes, 2017.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica*: enunciação e sentido. Campinas: Pontes, 2018.
- NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil*: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.
- OLIVEIRA, Sheila Elias de. Sobre o funcionamento do político na linguagem. *Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 34, p. 41-53, Campinas, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao34/artigo2.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- OLIVEIRA, Sheila Elias de. Certeza, sentido, conhecimento. *Revista Linguagem*, São Carlos, v. 34, Número Temático, p. 1-20, jan./jun. 2020. Disponível em: <<http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/733>>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento*: as formas do discurso. 6. ed. Campinas: Pontes, 2011 [1983].
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) *Discurso fundador*: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003 [1993].
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. 9. ed. Campinas: Pontes, 2010 [1999].
- SANTOS, Gabriel Leopoldino dos. *As divisões da língua portuguesa no espaço de enunciação uruguaio*. 218 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2017.
- PÊCHEUX, Michel. Abertura do Colóquio. In: CONEIN, Bernard. *et al.* (Orgs.) *Materialidades Discursivas*. Campinas: Editora Unicamp, 2016.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. *Cidadãos Modernos*: discurso e representação política. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela; CESTARI, Mariana Jafet. “Cara de empregada doméstica”: discurso sobre os corpos de mulheres negras no Brasil. *RUA* [online]. 2014, Edição Especial - ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638265/5896>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Recebido em: 29/03/2022; **Aceito em:** 23/08/2022.